

OS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A DINÂMICA NA TOMADA DE DECISÕES

Eixo temático 3: Práticas de avaliação, indicadores, performatividade, novo perfil dos estudantes e dinâmica de tomadas de decisões pelas instituições.

Rosa Maria Silva Furtado, UNEB, rfurtado@uneb.br
Anatália Dejane Silva de Oliveira, UFOB, anatalia@ufob.edu.br

Introdução

Este estudo é parte integrante da pesquisa em desenvolvimento do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Aborda a avaliação da educação superior como fenômeno historicamente caracterizado pela tensão entre duas tendências opostas, por um lado, com finalidade de regulação e controle e, por outro, orientada para a emancipação, compreensão e desenvolvimento da instituição (Catani; Oliveira; Dourado, 2002). A compreensão dessa tensão entre a avaliação externa e a avaliação interna das Instituições de Ensino Superior (IES) é um movimento importante para superar abordagens pragmáticas que valorizam somente resultados e produtos.

Nesse cenário, a autoavaliação institucional desponta como um processo diagnóstico interno necessário para redesenhar a estrutura universitária de maneira democrática. Ao promover o autoconhecimento institucional, permite compreender as dinâmicas operacionais e organizacionais, mapear dificuldades e desafios, bem como despertar a autoconsciência da comunidade acadêmica (Belloni, 2007). Conduzida de forma integrada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e alinhada à missão da IES, a autoavaliação cumpre as exigências legais e, ao mesmo tempo, pode potencializar a efetividade acadêmica e social, reafirmando os compromissos e as responsabilidades públicas da educação superior (Brasil, 2004).



Desse modo, a autoavaliação constitui-se como um processo interno pelo qual as IES no âmbito de seus respectivos cursos realizam ações diagnósticas, visando não apenas a compreensão de suas dinâmicas organizacionais e operacionais, mas também à sistematização e registro de informações necessárias ao seu replanejamento. Essa dinâmica respeita a legislação vigente que estabelece ao processo avaliativo ocorrer de forma integrada, tendo a autoavaliação institucional como um pilar estruturante. Sua condução é responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), orientada pela missão e realidade concreta da IES.

Nesse contexto, os Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAAI) são documentos que sistematizam dados produzidos nesse processo. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar recomendações e proposições de estratégias diante das ações e metas decorrentes das dimensões avaliadas nos RAAI de oito IES, destacando os problemas diagnosticados que demandam acompanhamento institucional.

Metodologia

Orientada pelo materialismo histórico-dialético, esta pesquisa de análise documental mobiliza as categorias de totalidade e contradição na investigação sobre a relação dialética entre a apreensão do real e os métodos de exposição adotados pelas CPA. O *corpus* abrange 73 RAAI oriundos de oito IES, sendo duas universidades federais, uma universidade privada, um centro universitário e uma faculdade de âmbito municipal, além de três faculdades privadas. A partir da extração e interpretação desses dados, buscou-se nos relatórios elementos para evidenciar se as tensões institucionais vivenciadas são apresentadas ou estão ocultadas, mapeando o tensionamento histórico entre a natureza formativa e emancipatória da avaliação e as suas manifestações alienadas.

Referencial Teórico

A política de avaliação da educação superior no Brasil ganhou contornos definidos com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES),



instituído pela Lei nº 10.861/2004. Esse sistema articula-se por meio de três componentes inter-relacionados: a avaliação institucional interna e externa, a avaliação de cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes (Enade). Embora seus resultados operem historicamente como referenciais para os processos estatais de regulação, supervisão e credenciamento, os fundamentos teórico-metodológicos do SINAES pautam-se na concepção de um processo formativo, global e integrado, que exige a participação democrática de todos os segmentos da comunidade acadêmica (Brito, 2008).

Nesse escopo, a avaliação institucional interna, ou autoavaliação, consolida-se como um pilar estruturante, conduzido de forma autônoma pela CPA a partir da missão e da realidade de cada instituição. Concebida como uma perspectiva de autoconhecimento e diagnóstico, a autoavaliação favorece a compreensão das dinâmicas organizacionais, subsidiando a tomada de decisões para o aperfeiçoamento da gestão e a correção de falhas. Os dados produzidos, são sistematizados no RAAI que precisa ser compreendido como um documento vivo, político e formativo que expresse a identidade, os desafios e os projetos de mudança da universidade (Queiroz, 2008).

Contudo, a *práxis* avaliativa no ensino superior é atravessada por uma contradição constitutiva entre a emancipação institucional e a regulação estatal. Por um lado, "a avaliação não pode esquivar-se de sua função essencial de buscar a melhoria da qualidade, de estar, portanto a serviço dos valores acadêmicos e científicos, que são também sociais" (Dias Sobrinho, 2000, p. 83). Por outro lado, há o constante risco de esvaziamento de seu caráter reflexivo, cenário em que a autoavaliação e os relatórios das CPA assumem uma natureza notadamente burocrática, servindo apenas à prestação de contas, ou seja, de *accountability* e de legitimação perante os órgãos de controle.

Esse desvirtuamento é aperfeiçoado pelo pragmatismo econômico e pelo gerencialismo corporativo, que atuam para converter os conflitos político-pedagógicos e as contradições acadêmicas em meras métricas de governança, reificação numérica e índices de satisfação de mercado. Ao se submeterem de forma irrestrita a parâmetros padronizados de produtividade ou conformidade regulatória, os RAAI podem atuar como



filtros que ocultam as reais tensões institucionais, neutralizando o potencial crítico da escuta da comunidade (Novaes; Carneiro, 2011; Belloni, 2007).

Para que a avaliação institucional exerça sua função emancipatória e indutora de qualidade, é necessário que os métodos de análise e de exposição dos resultados recusem a simplificação estatística e se reafirmem na necessária reflexividade. Dessa forma, a avaliação se consolidará como processo estratégico e dialógico que assegura o ambiente democrático de produção legítima de mudanças na realidade acadêmica da IES.

Discussão dos resultados

A análise dos dados extraídos dos RAAI revela como as IES materializam as tensões entre a vocação emancipatória e as exigências regulatórias da política de avaliação da educação superior. Compreendidos não somente como formalidades técnicas, mas como documentos políticos e formativos, os RAAI precisam refletir o nível de aprofundamento reflexivo das CPA na apreensão das contradições institucionais. A seguir, apresentam-se análises referentes à forma de exposição adotada na sistematização desses relatórios e à natureza dos planos de melhorias propostos, evidenciando como os dados da avaliação orientam ou limitam a dinâmica de tomada de decisões.

O primeiro quadro, referente à ‘exposição dos dados’, mapeia a forma narrativa e metodológica adotada nos 72 relatórios analisados, distribuindo-os entre os formatos puramente dissertativo (26), descritivo e dissertativo (22) e estritamente descritivo (27).

IES	Exposição dos dados			
	Dissertativo	Descritivo e dissertativo	Descritivo	Total
FAACZ	2	3	4	09
FACELI		1	7	8
FAIPE	6		3	9
UFAC	3	7		10
UFMG	3	6		9
UNIFIMES	4	3	2	9
UNIGRANRIO	3	1	6	10
UNIVINTE	3		5	08
Total	**26**	**22**	**27**	**72**



Essa categorização demonstra que algumas instituições priorizam a exposição descritiva, a exemplo da FACELI com 7 relatórios e Unigranrio com 6 relatórios, indicando certa propensão à simplificação estatística e à reificação numérica (Dias Sobrinho, 2000). Os relatórios de natureza exclusivamente descritiva tendem a atuar como filtros burocráticos que esvaziam o caráter reflexivo da avaliação, mascarando tensões político-pedagógicas sob métricas de governança utilizadas para mera prestação de contas ao Estado. De outra parte, formatos dissertativos ou mistos sinalizam uma recusa à lógica gerencialista, buscando assegurar autoconhecimento e compreensão qualitativa das dinâmicas institucionais.

O Quadro 02 detalha 'Indicações anunciadas nos relatórios', ilustrando como diagnósticos avaliativos são convertidos em planos de melhorias e estratégias corretivas pelas instituições. A concentração de categorias voltadas a 'recomendar ações' com 27 indicações e 'apontar necessidades' com 18, reafirma o papel político-pedagógico do RAAI no replanejamento, na tomada de decisões e na correção de rotas das IES. Todavia, as informações mostram também tensionamentos gerados pelas pressões mercadológicas e de regulação externa. A indicação significativa de ações de caráter administrativo corporativo, como 'atualiza plano de metas' com 12 menções e o indicador voltado a 'recomendar ações com base no Selo ABMES', atestam como o pragmatismo econômico interfere nos resultados acadêmicos.

Plano de Melhorias / Problemas	**IES**								
	FAACZ	**FACELI**	**FAIPE**	**UFAC**	**UFMG**	**Unifimes**	**Unigranrio**	**Univinte**	**Total**
Recomenda ações	5	4	5	2	4	5		2	27
Aponta necessidades	2	2	1	3	3	2	2	3	18
Atualiza plano de metas	1	2	1	2			4	2	12
Avalia desafios e rotas	1		1		1	1	2		6
Aponta ações para o PDI				1	1			3	5
Sinaliza ações corretivas			1	1			1		3
Recomenda do Selo ABMES							1		1
Total	**10**	**8**	**9**	**10**	**9**	**9**	**10**	**10**	**72**

Essas evidências comprovam que a dinâmica de tomada de decisão nas IES enfrenta o risco constante de desvirtuamento, desviando-se da efetividade social e pedagógica para



atender a índices de satisfação de mercado, à legitimação institucional de viés privado e à rígida conformidade com parâmetros de produtividade

Considerações finais

A investigação confirmou a predominância de uma descrição quantitativa e gerencialista nos métodos de exposição dos dados nos RAAI, revelando fragilização do caráter formativo e político da autoavaliação frente às pressões estatais e mercadológicas. Na maioria das IES, a *práxis* avaliativa sofre um processo de alienação, onde tensões no ambiente acadêmico são ocultadas em conformidade burocrática e métricas corporativas.

Diante do desvirtuamento dos princípios do SINAES, conclui-se, que a autoavaliação só atinge seu objetivo formativo quando a exposição não invisibiliza a realidade investigada, materializando no RAAI o seu sentido identitário de ser documento vivo e comprometido com a comunidade**.**

Referências

BELLONI, Isaura et al. **Metodologia da Avaliação em Políticas Públicas:** uma experiência em educação Profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação Institucional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de abr. 2004ª.

BRITO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n.3, p. 841-850, nov. 2008.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. A Política de Avaliação da Educação Superior no Brasil em questão. In.: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs.) **Avaliação Democrática:** para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, R.J: Vozes, 2000.

NOVAES, Ivan Luiz; CARNEIRO, Breno P. B. A Avaliação Institucional no contexto dos Sistemas da Educação Básica. In: HETKOSWISKI, Tânia Maria; NOVAES, Ivan Luiz (Org.). **Gestão, Tecnologias e Educação**: construindo redes sociais. Salvador: Eduneb, 2011.